

AVALIAÇÃO DO IMPACTO E PERCEPÇÃO POPULACIONAL: Um olhar abrangente sobre o Programa de Patrulha Rural Comunitária 4.0 na 8ª CIPM do Paraná

*Paulo Guido Pavelski **

RESUMO: O presente estudo se propôs a avaliar o impacto e a percepção da população em relação ao Programa de Patrulha Rural Comunitária (PPRC) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), implantado na área de jurisdição da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM). A crescente incidência de furtos e roubos contra propriedades rurais destacou a urgência na implementação de políticas públicas voltadas para a segurança no campo. Com base nesta demanda, em 2021 o Programa da Patrulha Rural Comunitária (PPRC) foi reestruturado. Este estudo empregou um questionário direcionado à população rural cadastrada pelas equipes de trabalho da 8ª CIPM, abrangendo tanto aqueles que adquiriram a placa de monitoramento do PPRC quanto aqueles que ainda não o fizeram. Os dados coletados permitiram uma análise detalhada e diferenciada das percepções da comunidade em relação ao programa reestruturado e implantado nesta região. Os resultados indicaram que o programa trouxe benefícios à comunidade rural, conforme evidenciado pelas respostas às questões de pesquisa. A análise estatística revelou que a nova versão do programa trouxe benefícios à comunidade rural e resultou em uma avaliação global positiva. Esse aspecto demonstra a eficácia percebida do programa na região da 8ª CIPM.

Palavras-chave: Polícia Militar; patrulha rural comunitária; 8ª CIPM; segurança pública.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i17.228>

Recebido em 19 de março de 2024.

Aprovado em 30 de abril de 2024.

* Polícia Militar do Estado do Paraná. CV: <http://lattes.cnpq.br/4505091933131648>

**IMPACT ASSESSMENT AND POPULATION PERCEPTION:
A comprehensive look at the Rural Community Patrol Program 4.0 at the
8th CIPM of Paraná**

ABSTRACT: This study aimed to evaluate the impact and perception of the population in relation to the Community Rural Patrol Program (PPRC) of the Military Police of Paraná (PMPR), implemented in the jurisdiction of the 8th Independent Company of the Military Police (CIPM). The increasing incidence of thefts and robberies against rural properties highlighted the urgency in implementing public policies aimed at security in the countryside. Based on this demand, in 2021 the Community Rural Patrol Program (PPRC) was restructured. This study used a questionnaire directed to the rural population registered by the work teams of the 8th CIPM, covering both those who acquired the PPRC monitoring plate and those who have not yet done so. The data collected allowed a detailed and differentiated analysis of the community's perceptions in relation to the restructured program implemented in this region. The results indicated that the program brought benefits to the rural community, as evidenced by the responses to the research questions. Statistical analysis revealed that the new version of the program brought benefits to the rural community and resulted in a positive overall evaluation. This aspect demonstrates the perceived effectiveness of the program in the 8th CIPM region.

Keywords: Military Police; community rural patrol; 8th CIPM; public safety.

1. INTRODUÇÃO

As complexas atividades de gestão na área da segurança pública, influenciadas por contínuas transformações ambientais e sociais, impõem às instituições responsáveis a necessidade de aprimorar suas ações de maneira contínua e eficaz (Dos Santos; De Oliveira, 2022). Diante desse cenário dinâmico e desafiador, a capacidade de resposta das instituições torna-se uma peça-chave para lidar com as demandas emergentes e antecipar-se aos desafios que surgem constantemente (Fernandes, 2022).

O aumento constante no registro de furtos e roubos contra propriedades rurais representa uma ameaça significativa à segurança dos produtores, evidenciando a urgência na implementação de políticas públicas voltadas para a segurança no campo. Essa crescente incidência de crimes rurais não apenas impacta diretamente a sustentabilidade econômica dos produtores, mas também gera um ambiente de insegurança que se estende às comunidades rurais na totalidade (De Oliveira, 2022).

Nesse contexto, a integração das ações policiais com a comunidade rural, por meio do policiamento comunitário rural, emerge como uma proposta estratégica e eficaz na abordagem dos desafios relacionados a eventos criminais nas áreas rurais. A população que reside em ambientes rurais enfrenta condições específicas de vulnerabilidade, sendo a dificuldade imposta pelo espaço geográfico e as limitações na operacionalização das atividades de prevenção e repressão pelos órgãos de segurança pública na região fatores agravantes (De Oliveira, 2020).

O policiamento rural refere-se à atuação policial em áreas não urbanizadas, envolvendo intervenções que abrangem ações preventivas e repressivas visando assegurar a segurança pública. Considerando o fator “localização”, as instituições policiais incluem espaços rurais, incluindo intervenções em rodovias e estradas fora das áreas urbanas, a proteção ambiental em parques, atividades nos perímetros de pequenos municípios e operações policiais em ambientes rurais e nas fronteiras territoriais estaduais. Além disso, o policiamento rural engloba ações em comunidades rurais, povoados, sítios, chácaras e propriedades rurais (Konzen *et al.*, 2023).

As patrulhas rurais são estratégias implementadas pelas unidades policiais, como batalhões ou companhias, em resposta ao aumento da violência nas áreas rurais. Seu propósito é desenvolver ações abrangentes de prevenção e controle da criminalidade, visando à proteção das comunidades rurais. Entre as principais iniciativas dessas patrulhas, destacam-se: visitas regulares aos moradores, incluindo o cadastro das propriedades; realização de reuniões com a comunidade rural; encontros específicos com produtores, associações e sindicatos rurais; e a distribuição de cartilhas com orientações para evitar riscos relacionados a furtos, roubos, receptação de gado, máquinas agrícolas, insumos e implementos agrícolas (Da Costa, 2016).

Os estudos direcionados à reformulação do Programa Patrulha Rural Comunitária (PPRC) da PMPR foram iniciados no primeiro semestre de 2021, como parte de um projeto estabelecido pelo Comando-Geral da Corporação. Esse processo foi desencadeado a partir da análise de programas de patrulha rural em vigor, com ênfase nos destacados em outros estados da Federação, bem como na avaliação de indicadores criminais e na busca por tecnologias aplicadas à segurança pública. Em um marco significativo, em 16 de agosto de 2021, a Diretriz n.º 009/2021 foi publicada, instituindo a “Implantação da Patrulha Rural Comunitária, versão 4.0”, indicando, assim, a reestruturação do programa dentro da instituição (Ferreira, 2023).

O presente estudo visa realizar uma avaliação abrangente do impacto e da percepção da população em relação ao Programa de Patrulha Rural Comunitária da Polícia Militar do Paraná (PMPR), implantado na 8ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM). A avaliação abordará a percepção qualitativa da população em relação à presença e eficácia do programa.

Este estudo é conduzido por meio de duas questões de pesquisa, que buscam aprofundar a compreensão sobre a eficácia e impacto do Programa de Patrulha Rural Comunitária (PPRC). A primeira questão (Q1) direciona o foco para a percepção da população em relação à PPRC: “O Programa de Patrulha Rural Comunitária trouxe benefícios à comunidade rural abrangida pela 8ª CIPM?”. A segunda questão (Q2) está relacionada diretamente à avaliação do programa: “Como a população residente na área rural abrangida pela 8ª CIPM avalia globalmente o Programa de Patrulha Rural Comunitária, considerando sua experiência e percepção em relação ao programa?”.

Por meio destas questões de pesquisa, almejamos obter uma compreensão abrangente da efetividade do Programa de Patrulha Rural Comunitária, considerando as percepções da comunidade associadas ao programa, que recentemente passou por uma reestruturação dentro da corporação. Para responder estas questões de pesquisa, empregamos um questionário direcionado à população rural cadastrada pelas equipes de trabalho que abrangem a área da 8ª CIPM. Essa abordagem visa capturar as percepções da comunidade em relação ao programa, proporcionando uma visão mais completa sobre sua efetividade percebida. Ao coletar estes dados, pretende-se aprimorar a compreensão sobre o impacto global do programa na segurança e satisfação da comunidade rural. Deste modo, após a introdução realizada na Seção 1, apresentam-se os trabalhos relacionados na Seção 2. Na Seção 3, descreve-se o método proposto. A Seção 4 discorre sobre os experimentos e análises dos resultados alcançados. Por fim, a Seção 5 apresenta a conclusão e continuidade do trabalho.

2. TRABALHOS RELACIONADOS

Com o aumento significativo das atividades criminosas na zona rural, impulsionadas por diversos fatores, destacando-se a dificuldade das forças policiais em realizar policiamento preventivo e repressivo de forma eficiente nessas áreas, Da Costa (2016) conduziu um estudo teórico com o propósito

de analisar as diretrizes, estratégias e técnicas adotadas pelas patrulhas rurais da Polícia Militar em estados como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

Desde sua efetiva implementação em 2009, o Programa de Patrulha Rural Comunitária passou por uma reestruturação significativa em 2021, resultando na versão 4.0, em resposta à constante evolução da sociedade. Ferreira (2023) conduziu um estudo que investiga as implicações dessa atualização. O estudo evidencia que o programa está alinhado a um dos principais objetivos delineados pelo Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Paraná para o período de 2022-2035 (PMPR, 2022), destacando o foco nos interesses comunitários e nos valores centrados na proteção da sociedade.

Marchetti (2024) conduziu uma análise crítica sobre a implementação e operação da Patrulha Rural Comunitária no município de Toledo, no estado do Paraná. O estudo examinou as ocorrências criminais de furto e roubo nos anos de 2021, 2022 e 2023, revelando um aumento nas ocorrências de roubo e uma redução nos registros de furto durante esse período. Além disso, foi observado que, nos anos de 2022 e 2023, um total de 185 propriedades rurais foram cadastradas.

De Oliveira (2022) conduziu um estudo que empregou entrevistas com vítimas e agentes da Patrulha Rural da cidade de Catalão, no estado de Goiás. O estudo observou que os crimes de furto estão predominantemente concentrados em propriedades localizadas próximas à zona urbana, com as pequenas e médias propriedades sendo particularmente afetadas pelos efeitos desses delitos. Além disso, a pesquisa revelou que 91% dos produtores demonstraram satisfação com as ações implementadas pela Patrulha Rural.

O policiamento especializado em áreas de divisa representa uma operação intricada e desafiadora para a segurança pública. Conforme a pesquisa conduzida por Campos (2021), que se concentrou nas ações de policiamento especializado nas divisas de Mato Grosso, fica evidente a necessidade de considerar as condições específicas dessas áreas e aplicar conhecimentos especializados. Além disso, é fundamental incluir o patrulhamento rural nesses esforços, dado o cenário operacional complexo caracterizado por extensas áreas de mata fechada e rios.

3. METODOLOGIA

Esta seção detalha a metodologia empregada na coleta e análise dos dados, delineando a lógica para a obtenção de informações cruciais que permitirão avaliar a eficácia das equipes de patrulhamento rural da 8ª CIPM. O objetivo principal dessa abordagem metodológica reside na busca por dados representativos e na extração de informações relevantes, visando oferecer uma visão abrangente sobre o desempenho do Programa de Patrulha Rural Comunitária nesta área específica.

Para alcançar esse objetivo, foram adotados procedimentos que compreendem a aplicação de um questionário estruturado junto à população rural, fundamentado na escala de Likert para mensurar a percepção da comunidade sobre o programa.

3.1 Questionário

Para a coleta de dados, elaboramos um questionário fundamentado na escala de Likert (Likert *et al.*, 1993). Todas as questões foram formuladas utilizando o *Google Forms*, e os participantes forneceram suas respostas de forma anônima, visando evitar qualquer influência nas respostas. Esta metodologia proporciona uma abordagem sistemática e mensurável para avaliar as percepções, opiniões e experiências da comunidade em relação ao Programa de Patrulha Rural Comunitária.

Ao empregar a escala de Likert, oferecemos aos participantes a oportunidade de expressar seus níveis de concordância ou discordância em relação a diferentes aspectos do programa, permitindo uma análise mais detalhada e quantificável das percepções da comunidade. Este método de pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente e estruturada das variáveis em questão, proporcionando informações valiosas para a avaliação global do programa. A Tabela 1 destaca as categorias e os valores associados dentro da escala de Likert.

Tabela 1 – Categorias e Correspondentes Valores na Escala de Likert.

Categoria	Valor
5	Totalmente de acordo
4	De acordo
3	Não concordo nem discordo
2	Em desacordo
1	Totalmente em desacordo

Fonte: Likert *et al.*, 1993.

O desenvolvimento das questões buscou capturar informações que fossem representativas da percepção da população em relação ao desempenho das equipes de patrulha rural na área em foco. Visando abordar aspectos específicos e relevantes, foi elaborado um conjunto de cinco questões (Tabela 2), a fim de proporcionar uma avaliação abrangente sobre diversos elementos do programa.

Tabela 2 – Questões abordadas no questionário para avaliação do Programa de Patrulha Rural Comunitária

Questão	Objetivo
1. Efetividade da Patrulha na Prevenção de Crimes	Avalia a percepção da comunidade quanto à eficácia do programa na prevenção de crimes na região rural.
2. Tempo de Resposta em Caso de Emergência	Aborda a visão dos residentes em relação à rapidez com que as equipes de patrulha respondem a situações de emergência.
3. Sentimento de Segurança Atual	Explora a percepção subjetiva da população em relação ao seu próprio nível de segurança na área.
4. Facilidade de Reportar Atividades Suspeitas	Investiga a facilidade percebida pelos residentes ao reportar atividades suspeitas às equipes de patrulha rural.

5. Avaliação Geral do Programa de Patrulha Rural

Busca uma visão global, permitindo que os participantes expressem uma avaliação geral do programa com base em sua experiência e percepção.

Fonte: o autor.

Essas questões foram estrategicamente formuladas para abranger diferentes dimensões do programa, visando obter uma compreensão da efetividade percebida pela comunidade. Dessa forma, pretende-se capturar informações valiosas que contribuirão para a análise e aprimoramento contínuo do Programa de Patrulha Rural Comunitária.

Para aprimorar a abordagem e garantir uma visão mais abrangente, foi acrescentada duas questões adicionais ao questionário. A primeira foi acrescentada para averiguar se a propriedade em questão possui ou não a placa de monitoramento. A segunda apresenta uma caixa de texto aberta destinada a receber sugestões para o aprimoramento contínuo do Programa de Patrulha Rural Comunitária. O propósito dessas inclusões é permitir que os participantes compartilhem suas perspectivas, ideias e *feedback* de maneira mais detalhada e livre, oferecendo uma oportunidade valiosa para a obtenção de conhecimentos inovadores e práticos.

Ao incentivar a população a contribuir com sugestões, busca-se estabelecer um canal direto de comunicação, onde os residentes podem compartilhar suas experiências específicas e oferecer ideias personalizadas para fortalecer e otimizar o programa. As informações coletadas por meio dessa caixa de texto aberta proporcionarão um panorama rico e diversificado, impulsionando iniciativas futuras com base nas necessidades reais da população rural.

4. RESULTADOS

No âmbito da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar (8ª CIPM), a eficiência do Programa de Patrulha Rural Comunitária é sustentada pelo trabalho conjunto de duas equipes de policiais militares (PM), cada qual atuando em diferentes regiões para as áreas sob jurisdição da Unidade Policial Militar (UPM). A primeira dessas equipes é vinculada ao 1º e 2º pelotão, estendendo área de atuação nas cidades de Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Irati, Rebouças, Rio Azul e Inácio Martins. A segunda equipe, alinhada ao 3º pelotão, estende sua atuação dedicada às cidades de Imbituva, Guamiranga, Ipiranga e Ivaí.

A divisão geográfica das equipes de trabalho desse programa é essencial para garantir uma cobertura completa em áreas diversas, não apenas consolidando a segurança física, mas também fortalecendo os vínculos entre a polícia e as comunidades locais. Essa estratégia não só oferece uma presença policial proativa, mas também fomenta uma parceria colaborativa entre as autoridades e os residentes, contribuindo para um ambiente mais seguro.

Ao segmentar as equipes de patrulha rural comunitária com base nas especificidades geográficas, a 8ª CIPM não apenas otimiza seus recursos, mas também personaliza suas abordagens para

melhor atender às necessidades únicas de cada localidade. Essa estratégia proativa reflete um compromisso sólido com a segurança rural, reconhecendo as especificidades de cada área e proporcionando um ambiente mais seguro e colaborativo para os residentes dessas comunidades. Este enfoque multifacetado e descentralizado reforça a eficácia e a adaptabilidade do programa, visando a criação de ambientes rurais mais seguros e resilientes.

4.1 Análise do cadastramento de propriedades rurais identificadas visualmente com placas

O cadastramento das propriedades rurais é efetuado pela equipe em sua respectiva área de atuação. Cada propriedade cadastrada é identificada por um número único e é georreferenciada. Após o cadastro, o proprietário tem a opção de custear a confecção de uma placa em PVC para fixação em local visível da propriedade. Caso o proprietário opte pela confecção da placa, a equipe da Polícia Militar encaminha o pedido e fornece o contato do produtor à gráfica, que se encarrega de combinar o pagamento diretamente com o proprietário. A entrega da placa é feita pelos policiais militares, em um prazo médio de 15 dias. A responsabilidade pela instalação é do proprietário, que recebe as devidas orientações dos policiais.

Até dezembro de 2023, foram concretizados pelas duas equipes 116 registros de propriedades rurais com a devida indicação de placas, evidenciando a eficácia e adesão ao processo de cadastramento. O aprofundamento desse panorama revela uma distribuição estratégica desses registros realizados em 10 cidades que abrangem a região de atuação da 8ª CIPM, atendendo a uma população total de 178.412 habitantes, conforme ilustrado na Tabela 1, a qual apresenta a segmentação dos cadastramentos por área de abrangência e respectivas cidades.

Tabela 3 - Cadastramentos de propriedades rurais

Pelotão	Cidade	Placas Cadastradas	Número de Habitantes
1º e 2º Pelotão	Irati	15	59.250
	Rebouças	6	14.514
	Rio Azul	2	14.025
	Inácio Martins	4	9.670
	Teixeira Soares	13	9.547
	Fernandes Pinheiro	7	6.255
3º Pelotão	Imbituva	52	29.924
	Ipiranga	8	14.142
	Ivaí	7	13.229
	Guamiranga	2	7.856
TOTAL	10	116	178.412

Fonte: O autor.

A dissecação desses dados por área de abrangência oferece uma visão mais granular das comunidades envolvidas, proporcionando uma compreensão mais profunda do perfil e das características singulares de cada localidade.

Ao dividir os cadastramentos por cidades, é possível identificar padrões e demandas específicas em diferentes contextos, permitindo que as equipes de patrulha rural direcionem seus esforços

de forma mais precisa e eficiente. Além disso, essa abordagem segmentada contribui para a criação de estratégias personalizadas que atendem às necessidades específicas de cada comunidade rural, promovendo uma abordagem mais focada e orientada para resultados.

Esta iniciativa de cadastramento e identificação das propriedades com as placas indicativas de monitoramento da Patrulha Rural representa não apenas uma resposta proativa às necessidades específicas de cada região, mas também um instrumento valioso para aprimorar a efetividade das operações nos locais de atuação.

Figura 1- Foto de entrega de placa de monitoramento da Patrulha Rural Comunitária da 8ª CIPM



Fonte: O autor.

A Figura 1 ilustra a entrega de uma placa de monitoramento da Patrulha Rural Comunitária da 8ª CIPM em uma propriedade. Na placa estão dispostas informações que incluem o nome da propriedade, a cidade e o número da placa, um número de telefone com WhatsApp para denúncias e acionamento da Polícia Militar, bem como um código QR que, quando escaneado, direciona para uma cartilha de segurança rural contendo informações detalhadas sobre o Programa da Patrulha Rural Comunitária.

No contexto do cadastramento de propriedades rurais, com ou sem adesão às placas de monitoramento, os policiais militares atuam ativamente na proteção das áreas rurais. Além de realizar o registro das propriedades, a PM oferece orientações detalhadas sobre medidas de segurança, presentes na cartilha de segurança rural. Os policiais também realizam vistorias e sugerem melhorias tanto nas estruturas físicas quanto naturais das propriedades, reforçando ações preventivas que tornam o ambiente mais seguro para os moradores e trabalhadores rurais.

4.2 Análise do questionário

No presente estudo, o questionário foi distribuído por meio de mensagens de texto via aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*), contendo o link para acessar o questionário através do *Google Forms*, para os proprietários que tiveram suas propriedades georreferenciadas pelas equipes da Patrulha Rural. Destaca-se que o questionário foi enviado para 159 indivíduos, incluindo tanto aqueles que já adotaram placas de monitoramento quanto aqueles que ainda não o fizeram. O questionário esteve disponível para a coleta de respostas durante um período de 15 dias.

Dos 159 questionários enviados, 46 foram preenchidos, representando uma taxa de resposta de 28,9%. Considerando os desafios inerentes à comunicação com moradores de áreas rurais, bem como a preocupação com a segurança online que pode ter levado alguns a hesitarem em clicar no link da pesquisa, o número de respostas obtidas oferece um conjunto representativo de dados que permite realizar uma análise significativa e fundamentar as conclusões deste estudo.

Do total de participantes, 76.1% indicaram possuir a placa de monitoramento, enquanto 23.9% afirmaram não possuir. Esses resultados evidenciam uma preferência predominante pela identificação das propriedades por meio da placa, influenciada pelo apoio e trabalho contínuo das equipes policiais que frequentam a região. A Figura 2 ilustra os gráficos de distribuição de respostas para cada uma das cinco questões aplicadas no questionário.

Na primeira questão, que avaliou a efetividade da patrulha rural na prevenção de crimes, 58.7% dos participantes indicaram que consideram o serviço como “Muito Eficaz”, enquanto 32.6% o classificaram como “Eficaz”. Uma minoria de 2.2% se posicionou como “Neutro”, 2.2% o considerou “Ineficaz” e 4.3% o classificou como “Muito Ineficaz”.

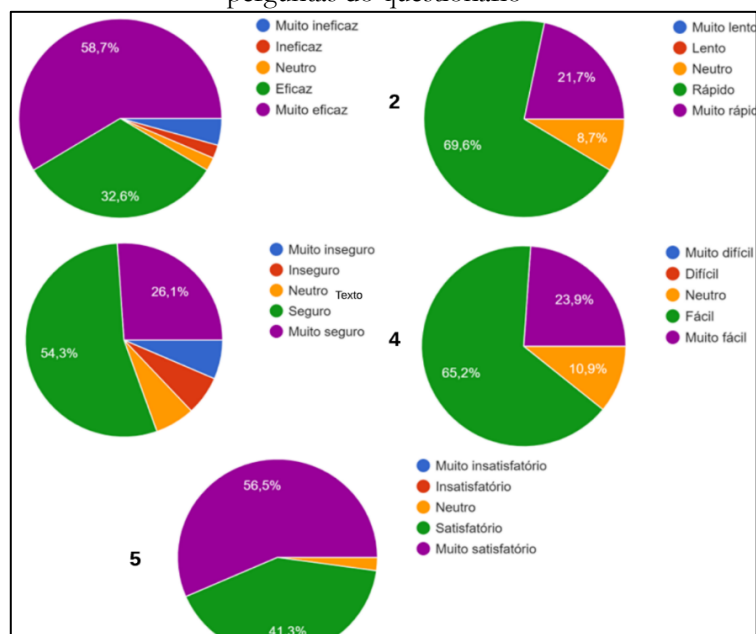
Na segunda questão, que abordou o tempo de resposta em caso de emergência, 21.7% dos participantes relataram que consideram o tempo de resposta como “Muito Rápido”, enquanto 69.6% o classificaram como “Rápido”. Uma pequena porcentagem de 8.7% permaneceu “Neutro”, não havendo respostas para “Lento” ou “Muito Lento”.

Na terceira pergunta, que investigou o sentimento de segurança atual, 26.1% dos participantes se sentiram “Muito Seguros”, enquanto 54.3% se classificaram como “Seguros”. Uma parcela de 6.5% permaneceu “Neutra”, enquanto 6.5% se sentiram “Inseguros” e outros 6.5% se sentiram “Muito Inseguros”.

Na quarta pergunta, que analisou a facilidade de reportar atividades suspeitas, 23.9% dos participantes consideraram o processo como “Muito Fácil”, enquanto 65.2% o classificaram como “Fácil”. Uma minoria de 10.9% permaneceu “Neutra”, não havendo respostas para “Difícil” ou “Muito Difícil”.

Na quinta pergunta, que avaliou a percepção geral do programa da patrulha rural, 56.5% dos participantes o classificaram como “Muito Satisfatório”, enquanto 41.3% o consideraram “Satisfatório” e 2.2% permaneceram “Neutro”. Não houve respostas para “Insatisfatório” ou “Muito Insatisfatório”.

Figura 2 - Distribuição das respostas dos participantes às cinco perguntas do questionário



Fonte: O autor.

Em geral, os resultados sugerem uma percepção positiva dos participantes em relação ao programa de Patrulha Rural, indicando uma avaliação favorável de sua efetividade na prevenção de crimes e na promoção da segurança na área rural. A Tabela 4 apresenta as médias e o desvio padrão para as respostas de cada uma das perguntas do questionário. Os valores de média representam a tendência central das respostas dos participantes em relação a cada questão, enquanto os valores de desvio padrão indicam a dispersão dos dados em torno da média.

As médias para todas as perguntas estão acima de 3,0, indicando que, em média, os participantes tenderam a responder positivamente em relação à efetividade da patrulha na prevenção de crimes, ao tempo de resposta em caso de emergência, ao sentimento de segurança atual, à facilidade de reportar atividades suspeitas e à avaliação geral do programa de patrulha rural.

Os desvios padrão são relativamente baixos, indicando que as respostas estão relativamente próximas da média para todas as perguntas, o que sugere uma certa consistência nas opiniões dos participantes.

Tabela 4 - Média e desvio padrão das respostas dos participantes ao questionário

Questões	Média	Desvio Padrão
Efetividade da Patrulha na Prevenção de Crimes	4.065	0.759
Tempo de Resposta em Caso de Emergência	3.783	0.954
Sentimento de Segurança Atual	4.087	0.768
Facilidade de Reportar Atividades Suspeitas	3.935	0.824
Avaliação Geral do Programa de Patrulha Rural	4.478	0.669

Fonte: O autor.

Por fim, a última questão destina-se a receber sugestões para o aprimoramento contínuo do trabalho já em andamento nas comunidades rurais. Esta pergunta não era de resposta obrigatória. Dos 46 participantes, 28 optaram por deixar seus comentários para sugestões de melhoria.

Dos 28 comentários recebidos, 15 deles destacam a solicitação de aumento de efetivo na área rural para que seja possível realizar visitas e patrulhamentos nas propriedades com maior frequência. Isso indica que mais da metade dos participantes que optaram por contribuir com sugestões de melhoria no questionário expressaram o desejo de ter a equipe de patrulha rural comunitária mais próxima de suas localidades.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo destina-se a avaliar o impacto e a percepção da população em relação ao Programa de Patrulha Rural Comunitária na área de jurisdição da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar do Paraná.

Inicialmente, analisou-se o cadastramento das propriedades rurais que optaram pela aquisição da placa de monitoramento do programa. Neste contexto, observou-se que os dados examinados não apenas fornecem um registro estatístico, mas também constituem um recurso valioso para orientar futuras iniciativas do programa de patrulha rural em comunidades específicas. Ainda, observou-se uma alta adesão ao programa de placas de monitoramento, das 159 propriedades rurais georreferenciadas pelas equipes de policiais militares da patrulha rural da 8ª CIPM, 116 optaram por custear a placa de monitoramento do PPRC, representando 72,9% de adesão. Isso demonstra que a maioria da população rural está engajada no trabalho desenvolvido após a reestruturação do programa. A continuidade desse processo de cadastramento é importante para manter um banco de dados robusto e atualizado, fundamentando a eficácia contínua das operações e consolidando a parceria entre a Polícia Militar e as comunidades rurais em prol de um ambiente mais seguro e colaborativo.

Visando obter uma compreensão da percepção da população sobre o trabalho dos policiais militares que atuam na patrulha rural, conduziu-se uma análise detalhada do questionário elaborado e distribuído para as comunidades cadastradas. Esta análise abrange não apenas as comunidades que já adotaram a placa de monitoramento, mas também aquelas que ainda não o fizeram. Através deste questionário, buscou-se avaliar a eficácia das ações da patrulha rural, identificar áreas de melhoria e compreender como a presença e os esforços dos policiais são percebidos pelos residentes.

Cada participante da pesquisa teve a oportunidade de selecionar a categoria que melhor refletisse sua opinião em relação às afirmações apresentadas, permitindo uma análise detalhada e diferenciada das percepções da comunidade em relação ao programa. Esta abordagem permite-se uma visão abrangente das experiências e opiniões da população, contribuindo para o aprimoramento contínuo do programa e para a consolidação da parceria entre a Polícia Militar e as comunidades rurais.

As questões abordadas no questionário para avaliação do Programa de Patrulha Rural Comunitária, apresentadas na Tabela 2, foram elaboradas para responder às questões de pesquisa deste estudo.

A primeira questão de pesquisa (Q1) deste estudo aborda sobre os benefícios que o programa trouxe para a comunidade rural atendida pela 8ª CIPM. Para responder a essa questão, analisou-se as respostas das questões 1, 2, 3 e 4 que investigam a efetividade da patrulha na prevenção de crimes, o tempo de resposta em caso de emergência, o sentimento de segurança atual e a facilidade de relatar atividades suspeitas, respectivamente. A média das respostas para essas quatro perguntas é de 3,96, o que reflete um resultado positivo quanto aos benefícios proporcionados pelas atividades dos policiais. A análise estatística revela um desvio padrão de aproximadamente 0,12, sugerindo uma concordância geral entre os participantes.

A segunda questão de pesquisa (Q2) analisa a avaliação do PPRC sob a perspectiva da população rural atendida pela 8ª CIPM. Para isso, a resposta da quinta questão abordada no questionário que versa sobre a avaliação geral do programa de patrulha rural é analisada. Com uma média superior a 4,0, os resultados indicam uma percepção global positiva. Adicionalmente, foi incluída uma pergunta opcional no questionário para capturar sugestões de melhorias. Dos comentários recebidos, 53,5% recomendaram o aumento do efetivo da patrulha rural. Esses dados revelam que a avaliação do trabalho desenvolvido pelos policiais militares é amplamente positiva, ao mesmo tempo em que a população expressa uma demanda por um maior número de efetivo para aprimorar ainda mais a segurança.

A taxa de resposta de 28,9% ao questionário revela que a comunicação com a população rural ainda representa um desafio significativo para a efetiva ação dos policiais militares nessas áreas. Apesar dessa limitação na amostragem, a média das respostas e o desvio padrão mantiveram-se estáveis e não apresentaram variações significativas. Esses resultados sugerem que as opiniões dos participantes foram coerentes e refletem uma visão globalmente positiva do Programa de Patrulha Rural Comunitária.

Em trabalhos futuros, será conduzida uma análise mais ampla das atividades da Patrulha Rural Comunitária da 8ª CIPM do Paraná. Este estudo envolverá a análise das ocorrências de furtos e roubos, com o propósito de avaliar a eficácia das medidas adotadas desde a implementação da nova configuração do programa, conhecida como versão 4.0. Tal análise visa fornecer informações sobre o impacto das intervenções policiais e estratégias de segurança na redução da criminalidade rural e no fortalecimento do programa em questão.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. *et al.* O Policiamento Especializado de Divisas em Mato Grosso. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 20, n. 2, p. 11, 2021.

DA COSTA, L. D. Policiamento Rural: Patrulhas Rurais Comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 2, p. 1-9, 2016.

DE OLIVEIRA, C. A. F. Segurança pública e desenvolvimento rural: análise dos furtos e roubos contra propriedades rurais em Goiás. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, 2020.

DE OLIVEIRA, C. A. F. et al. Política de segurança pública para propriedades rurais: Patrulha Rural de Catalão/GO. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 204-223, 2022.

DOS SANTOS, F. C. C.; DE OLIVEIRA JUNIOR, I. Avanços, estagnações e retrocessos da gestão operacional na Polícia Militar do Paraná: estudando o passado para entender o presente e prospectar o futuro Advances, stagnations and setbacks of operational management in the Military Police of Paraná: studying the past to understand the present. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 13785-13807, 2022.

FERNANDES, R. A. O processo administrativo disciplinar na polícia militar do Paraná The administrative disciplinary process in the military police of Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10480-10530, 2022.

FERREIRA, J. R. P. Reestruturação do programa patrulha rural comunitária: fortalecimento institucional e melhoria na qualidade de vida da população rural paranaense: Restructuring of the community rural patrol program: institutional strengthening and improvement in the quality of life of the rural population of Paraná. **Brazilian Journal of Business**, v. 5, n. 3, p. 1487-1494, 2023.

KONZEN, I. G. N. C. *et al.* Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. **Revista de Gestão e Secretariado** (Management and Administrative Professional Review), v. 14, n. 6, p. 9493-9521, 2023.

LEITE, M. A. C. *et al.* Há Polícia comunitária nas pequenas cidades de Minas. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 1, p. 149- 159, 2020.

LIKERT, R et al. A simple and reliable method of scoring the Thurstone attitude scales. **Personnel Psychology**, v. 46, n. 3, p. 689-690, 1993.

MARCHETTI, R. Patrulha rural comunitária 4.0 como estratégia de policiamento de proximidade: uma análise das ações da patrulha rural comunitária no município de Toledo, nos anos de 2022 e 2023. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, 2024.

PMPR, Polícia Militar do Paraná. Planejamento Estratégico da PMPR 2022- 2035. **Portaria do Comando Geral** nº 273, de 8 de março de 2022.